

ATA NÚMERO 289/XII/3.^a SL

Aos 25 dias do mês de junho de 2014, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 287 e 288, referentes às reuniões de 11 e 18 de junho, respetivamente.
2. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 225/XII/3.^a (GOV) – Autoriza o Governo, no âmbito da transposição da Diretiva n.º 2013/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, a proceder à alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro.
3. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 229/XII/3.^a (GOV) – Autoriza o Governo a alterar o Estatuto dos Benefícios Fiscais e a aprovar um novo Código Fiscal do Investimento.
4. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 1051/XII/3.^a (PSD e CDS-PP) - Recomenda ao Governo a implementação de um conjunto de procedimentos para a promoção da transparência na contratação pública com recurso a parcerias público privadas.
5. Definição da metodologia para a nova apreciação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 232/XII/3.^a (GOV) - Aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal e regulamenta o Fundo de Apoio Municipal.
6. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 234/XII/3.^a (GOV) - Autoriza o Governo a alterar os estatutos da Casa do Douro, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 277/2003, de 6 de novembro, a definir o regime de regularização das suas dívidas, bem como a criar as condições para a sua transição para uma associação de direito privado, extinguindo o actual estatuto de associação pública da Casa do Douro.
Autor do parecer: Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE).

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

7. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 235/XII/3.^a (GOV) - Aprova o regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos.
Autora do parecer: Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP).
8. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 236/XII/3.^a (GOV) - Cria a contribuição de sustentabilidade e ajusta a taxa contributiva dos trabalhadores do sistema previdencial de segurança social e do regime de proteção social convergente, prevista, respetivamente, no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, e no Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro, e altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, e o Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de agosto.
Autora do parecer: Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS).
9. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 400/XII/3.^a, de iniciativa de Nuno Claudino Pereira Lopes: Solicita alteração ao regime fiscal (artigo 5.º do CIRS) de amortização de obrigações.
Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.
10. Distribuição de iniciativas europeias.
11. Outros assuntos.

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 287 e 288, referentes às reuniões de 11 e 18 de junho, respetivamente.

As [atas n.º 287 e 288](#), referentes às reuniões de 11 e 18 de junho, respetivamente, foram aprovadas por unanimidade.

2. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 225/XII/3.^a (GOV) – Autoriza o Governo, no âmbito da transposição da Diretiva n.º 2013/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, a proceder à alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro.

O presente ponto da Ordem do Dia foi consensualmente adiado para a reunião seguinte da Comissão, atenta a complexidade do diploma.

- 3. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 229/XII/3.ª (GOV) – Autoriza o Governo a alterar o Estatuto dos Benefícios Fiscais e a aprovar um novo Código Fiscal do Investimento.**

A redação final da [Proposta de Lei n.º 229/XII/3.ª \(GOV\)](#) foi aprovada por unanimidade, tendo sido aceites as sugestões constantes da Informação n.º 84/DAPLEN/2014.

- 4. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 1051/XII/3.ª (PSD e CDS-PP) – Recomenda ao Governo a implementação de um conjunto de procedimentos para a promoção da transparência na contratação pública com recurso a parcerias público privadas.**

A redação final do [Projeto de Resolução n.º 1051/XII/3.ª \(PSD/CDS-PP\)](#) foi aprovada por unanimidade, tendo sido aceites as sugestões constantes da Informação n.º 81/DAPLEN/2014.

- 5. Definição da metodologia para a nova apreciação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 232/XII/3.ª (GOV) – Aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal e regulamenta o Fundo de Apoio Municipal.**

O Senhor Presidente recordou a baixa da [Proposta de Lei n.º 232/XII/3.ª \(GOV\)](#) à Comissão para nova apreciação, tendo sido acordado proceder à audição da Associação Nacional de Municípios Portugueses e do Governo, sucessivamente, na reunião da Comissão de 2 de julho, e fixar como prazo de apresentação de propostas de alteração as 18h00 de 7 de julho, com vista à discussão e votação da iniciativa na reunião de 9 de julho, e subsequente votação final global a 10 de julho.

- 6. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 234/XII/3.ª (GOV) - Autoriza o Governo a alterar os estatutos da Casa do Douro, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 277/2003, de 6 de novembro, a definir o regime de regularização das suas dívidas, bem como a criar as condições para a sua transição para uma associação de direito privado, extinguindo o actual estatuto de associação pública da Casa do Douro.**

Autor do parecer: Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE).

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) apresentou o parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 234/XII/3.ª \(GOV\)](#), sublinhando a conexão com a COFAP (sendo competente a Comissão de Agricultura e Mar) atentas as disposições do diploma em matéria da tutela do Ministério das Finanças, após o que deu conta das principais disposições da iniciativa, tendo o parecer sido votado e aprovado por unanimidade.

7. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 235/XII/3.ª (GOV) - Aprova o regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos.

Autora do parecer: Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP).

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) apresentou o parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 235/XII/3.ª \(GOV\)](#), dando conta do teor da iniciativa e das propostas constantes do parecer, após o que o mesmo foi votado e aprovado por unanimidade.

8. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 236/XII/3.ª (GOV) – Cria a contribuição de sustentabilidade e ajusta a taxa contributiva dos trabalhadores do sistema previdencial de segurança social e do regime de proteção social convergente, prevista, respetivamente, no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, e no Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro, e altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, e o Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de agosto.

Autora do parecer: Senhora Deputada Sónia Fertuzinhos (PS).

O Senhor Presidente deu nota da impossibilidade da autora do parecer à [Proposta de Lei n.º 236/XII/3.ª \(GOV\)](#) em elaborar o mesmo em tempo útil para a presente reunião da Comissão, tendo sido consensualmente acordado convocar nova reunião para o dia seguinte, para efeito de apreciação do parecer em apreço.

9. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 400/XII/3.ª, de iniciativa de Nuno Claudino Pereira Lopes: Solicita alteração ao regime fiscal (artigo 5.º do CIRIS) de amortização de obrigações.

Relator(a): Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.

A Comissão deliberou admitir a [Petição n.º 400/XII/3.ª](#), tendo o Grupo Parlamentar do PSD indicado como relator o Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD).

10. Distribuição de iniciativas europeias.

Foram distribuídas, para elaboração de relatório: a [Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Semestre Europeu de 2014: Recomendações específicas por país Gerar Crescimento](#) [COM(2014)400], tendo o Grupo Parlamentar do PS indicado como relator o Senhor Deputado João Galamba (PS); e a [Recomendação do Conselho sobre a aplicação das orientações gerais de política económica para os Estados-Membros cuja moeda é o euro](#) [COM(2014)401], tendo o Grupo Parlamentar do PSD indicado como relator o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).

Os Senhores Deputados tomaram, adicionalmente, conhecimento de um conjunto de iniciativas remetidas à Comissão.

11. Outros assuntos.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) manifestou a sua preocupação quanto à suspensão dos trabalhos dos Grupos de Trabalho – [Contratos de Crédito à Habitação \(alteração da legislação\)](#) e [Comissões Bancárias](#), apelando aos Grupos Parlamentares que os processos legislativos em curso fossem concluídos com vista à respetiva votação final global a 10 de julho, tendo o Senhor Presidente informado que daria nota desta preocupação ao Senhor Deputado Coordenador dos Grupos de Trabalho em apreço.

A reunião foi encerrada às 10:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 de junho de 2014

**O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Fernando Barbosa
João Galamba
João Paulo Correia
Jorge Paulo Oliveira
Paulo Sá
Pedro Filipe Soares
Pedro Jesus Marques
Artur Rêgo
Pedro Pimpão

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Santos Silva
Fernando Virgílio Macedo
Isabel Santos
José de Matos Rosa
Sónia Fertuzinhos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Elsa Cordeiro
Nuno Reis
Pedro Nuno Santos